

A construção da educação escolar no município de Barra de São Miguel - PB: trajetória histórica nos séculos XIX e XX

The construction of school education in the municipality of Barra de São Miguel - PB: historical path in the XIX and XX centuries

João Paulo França

Mestre e Licenciado em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.
Especialista em Gestão da Educação Municipal pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB.
Bacharel em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.
Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.
Secretário de educação no município de Barra de São Miguel-Paraíba, de 2009 a 2015

Flávia Paloma Cabral Borba

Doutoranda em Educação - UFPB. Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – UFPB. Licenciada em História – FUNESO.
Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal da Paraíba.
Professora-formadora do Programa lato sensu de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação – PRADIME. E-mail: palomacborba@gmail.com

Resumo: Barra de São Miguel, município da microrregião do Cariri paraibano é o *locus* da reflexão histórica empreendida no presente artigo. O objetivo central é compreender o contexto da construção da educação escolar desta localidade nos séculos XIX e XX. Nossa questão de investigação partiu do entendimento de que o estudo do passado e análise das políticas públicas a nível local e nacional refletem a memória das instituições de ensino, bem como o desenvolvimento da infraestrutura e gestão da educação. Dessa forma, baseados em análises bibliográficas que se

Abstract: Barra de São Miguel, a municipality in the Cariri Paraíba region, is the locus of the historical reflection undertaken in this article. The central objective is to understand the context of the construction of school education in this location in the 19th and 20th centuries. Our research question started from the understanding that the study of the past and analysis of public policies at local and national levels reflect the memory of educational institutions, as well as the development of education infrastructure and management. Thus, based on bibliographic analyzes that

aproximam do campo da História da Educação e da História Cultural, percorremos fontes primárias conduzidas por uma pesquisa documental, sobretudo os documentos disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional e os documentos oficiais de instituições públicas locais, como escolas, Câmara de vereadores e Prefeitura. Também, fizemos uso da análise de narrativas de cinco professores do município, sob a perspectiva da História Oral, utilizando como instrumento metodológico a entrevista. Como resultado, observamos a construção da educação em Barra de São Miguel com sua trajetória histórica inserida nos contextos estadual e nacional.

Palavras-chave: Educação; História; Barra de São Miguel.

approach the field of History of Education and Cultural History, we went through primary sources conducted by documentary research, especially the documents available at the National Library's Hemeroteca and the official documents of local public institutions, such as schools, City Council and City Hall. We also used the analysis of narratives of five teachers in the municipality, from the perspective of Oral History, using the interview as a methodological tool. As a result, we observed the construction of education in Barra de São Miguel with its historical trajectory inserted in the state and national contexts.

Key-words: Education; History; Barra de São Miguel.

Introdução

Ao analisarmos a educação escolar no contexto contemporâneo podemos nos indagar acerca de diversas questões que permeiam esta temática: a história, a cultura escolar, a gestão, a infraestrutura, o currículo, as tendências pedagógicas, enfim, uma série de possibilidades de reflexões que muito contribuem para compreendermos o fenômeno humano de acesso ao conhecimento por intermédio de instituições sociais, como as escolas.

Refletir sobre a construção histórica da educação escolar por uma determinada comunidade é o caminho que propomos, definindo como tema a educação em Barra de São Miguel, Paraíba, *locus* territorial que nos permitirá compreender a problemática acerca da forma como se desenvolveu a gestão da educação neste pequeno município caririzeiro, desde seus primórdios até o século XX, sem perder de vista os contextos das políticas educacionais estadual e nacional¹.

Partimos de uma perspectiva histórica de análise da educação em Barra de São Miguel para compreender como este direito social foi gestado ao longo do tempo para a população local. Neste sentido, entendemos que o estudo da trajetória da educação e estudo das políticas públicas que se consolidaram ao longo do tempo, a nível local, em sintonia com as políticas públicas de educação em sentido macro,

1 Segundo previsão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - para o ano de 2019, a população de Barra de São Miguel é de 6.036 habitantes. Este município, com área territorial de 595 km², está localizado na microrregião do Cariri Oriental, na divisa entre os estados da Paraíba e Pernambuco.

seja no Estado, seja na União, podem contribuir para o conhecimento da construção da educação barrense.

Este estudo se justifica por contribuir para uma melhor compreensão da história educacional em Barra de São Miguel. A trajetória das políticas públicas de educação, os avanços, os recuos, os debates, enfim, os diferentes olhares e as distintas intervenções na política de educação pública são reflexões que propomos e ao mesmo tempo compreendemos como fundamentais para a criação de uma cultura cidadã, que permita aos habitantes locais se apropriar do conhecimento de seu passado vivido.

Este artigo se insere no campo de estudos da história da educação:

Inicialmente, a história da educação pode ser vista como um tema, ou seja, como um objeto da pesquisa histórica. Nesse sentido, é semelhante a outras temáticas que podem se tornar passíveis de serem estudadas no passado, com métodos próprios à operação historiográfica, como a imprensa, a arte, o livro, a indústria, o teatro, a economia... Essa é a posição defendida por autores como Thais Fonseca. Por outro lado, a história da educação pode ser também concebida de modo mais amplo e, ao mesmo tempo, mais específico: como um *campo*, no sentido que Pierre Bourdieu confere a essa expressão. Essa posição nos parece plausível, na medida em que, além de ser uma temática abordada por estudiosos advindos de diferentes lugares sociais, a história da educação tem se tornado visível por meio de uma comunidade específica de pesquisadores, que se reúne e socializa a produção do conhecimento em veículos singulares, como eventos, sociedades científicas e periódicos. (FONSECA; GALVÃO, 2017: 57-58).

O campo de estudo da história da educação é bastante amplo e nos oferece interessantes chaves de compreensão do cotidiano de uma determinada comunidade em certo período vivido. Neste sentido, verificamos que a partir do microcosmo de nossa investigação, o município de Barra de São Miguel, podemos ter acesso a construção da educação local, refletindo como a mesma se inseriu no contexto mais amplo da educação brasileira. Neste processo, não podemos perder de vista o viés de reflexão acerca das ações políticas das diferentes esferas administrativas, bem como as recepções locais de tais atos. Trilhamos este caminho a partir do século XIX:

Em termos da cultura política, a experiência da escolarização desenvolvida ao longo do século XIX, tanto do ponto de vista de sua relação com o Estado e poderes locais como das relações entre famílias, alunos, professores e entre ambas as configurações, leva-nos a interrogar a respeito do tratamento da instrução pública como parte da produção de uma cultura das políticas públicas no Brasil. A precariedade do funcionamento das escolas, as limitações das ações para dotar a escola com várias competências, o significativo índice de analfabetismo em fins do século XIX, entre

outros problemas, não estariam referidos aos sujeitos, alunos e professores também pobres e “precários”? Até que ponto a precariedade da escola pública não é parte do imaginário de uma sociedade inferiorizada na sua cor, condição material e cultural? (VEIGA, 2008: 44-45)

Para construção da análise proposta, utilizamos como instrumento de coleta de dados a pesquisa documental e bibliográfica, bem como entrevistas através dos métodos da história oral. Desta forma, entrevistamos 05 professores (03 aposentados e 02 ativos), que atuaram e atuam nas diferentes redes de ensino de Barra de São Miguel-PB. Lançamos mão da história oral a partir da compreensão de Delgado:

Na verdade, as potencialidades da metodologia da história oral, que tem na memória sua principal fonte informativa, são infindáveis, permitindo ao historiador, a seu critério, a adoção de abordagens históricas de características diferentes, com ênfase, por exemplo, no institucional ou no privado, no público ou no particular, na visão individual ou na visão coletiva. (DELGADO, 2006: 50).

Este caminho percorremos no intuito de atingir o nosso objetivo geral de propiciar uma reflexão acerca da construção de políticas públicas educacionais para a população de Barra de São Miguel, recorrendo às fontes históricas e trajetória desta rede municipal de educação, bem como analisando sua gestão, concepção pedagógica e infraestrutura disponível. Como objetivos específicos apresentamos um percurso importante dos avanços e recuos da educação barrense desde o século XIX até o fim do século XX e inserimos tal trajetória nas distintas concepções de educação gestadas nas esferas estadual e federal, que por consequência influíram e foram recepcionadas pela população barrense na realidade local.

O desenvolvimento da educação na Paraíba e em Barra de São Miguel ao longo do século do século XIX

Barra de São Miguel em seus primórdios fez parte do grande município de Cabaceiras-PB. A emancipação política ocorreu em 14 de dezembro de 1961. Desta forma, para entendermos as ações governamentais no setor da educação neste local, objeto de nossa investigação, temos que ter em mente este pano de fundo da história. Tendo em vista que os registros mais antigos de implementação de uma educação escolar nesta localidade remontam ao século XIX, temos que compreender que a própria educação escolar brasileira no período mencionado, ainda era um debate em aberto:

Embora a monopolização da instrução elementar para a maioria dos países tenha se concretizado ao longo do século XIX e, no Brasil, estivesse indissociada do regime

político imperial, é preciso tomar este problema cuidando-se de duas premissas básicas. Em primeiro lugar, que o discurso do caráter público da educação escolar não foi uma invenção do império, e, em segundo, a organização escolar não é consequência de uma forma política instituída, mas é produtora/componente desta forma que se instituiu. (...) Em relação ao Brasil, o marco tem sido as reformas pombalinas empreendidas a partir de 1759, mas podemos encontrar registros dessa discursão até anteriores a esse período, como se pode ver na Carta Régia de 1721 para o governador D. Lourenço de Almeida, em que D. João V orienta para serem “obrigados em cada vila a ter um mestre que ensine a ler e escrever, contar, que ensine latim, e os pais mandem seus filhos a estas escolas” (VEIGA, 2008: 37)

Mesmo com normas que remontam ao período colonial, a educação escolar no Brasil não se impôs como prioridade primeira dos governantes locais, afinal, a colonização nestas terras tinha outros objetivos imediatos, como a busca pelo lucro por meio da exploração de riquezas da colônia. É neste contexto que a educação da província paraibana se desenvolveu. É importante destacar que se a educação escolar a nível nacional ainda carecia de maior apoio, a nível de Paraíba não seria diferente. Como nos diz Melo (2002):

Durante todo Brasil Colônia, a Paraíba aí formou dois médicos, sendo o primeiro Feliciano Dourado, em 1639.

Dentro desse quadro, apenas as ordens religiosas, voltadas para a catequese, preocupavam-se com a transmissão de rudimentos de leitura, cálculo, escrita, além de noções de Teologia e Latim. Seguidores da chamada *ratio studiorum*, os padres da Companhia de Jesus fundaram, sob a liderança de Gabriel Malagrida, em 1745, seminário que, dotado de aulas de Latim e Humanidades, funcionou como primeiro estabelecimento de ensino geral.

A exclusão dos jesuítas desmantelou esse arremedo de educação, até porque somente em 1783 funcionou a primeira escola de Latim criada por Carta Régia de 1766. A reforma educacional pombalina, baseada em escolas menores de ler, escrever e contar, somente funcionou, timidamente, a partir de 1784. Com isso, apenas em 1822 foram criadas escolas públicas, em cidades e vilas da Paraíba. Explorado e mantido na obscuridade, o povo paraibano, como o brasileiro, aprendeu a ler sem escolas. (MELLO, 2002: 88)

No tocante a estrutura e organização, o quadro da educação brasileira e paraibana pouco se alterou no referido período colonial. Todavia, com a independência política frente à Portugal em 1822, observamos que no campo da legislação algumas mudanças foram gestadas, afinal, a primeira constituição do país de 1824, aborda a temática da instrução primária em seu artigo 179, item 30. Todavia, esta competência do governo central viria a ser passada para as províncias por meio do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 (TEIXEIRA, 2015: 61-62).

Mais uma vez, a legislação escrita pouca eficácia prática trouxe para o cotidiano, pois permanecia a falta de infraestrutura básica, bem como investimentos na educação escolar pública. No tocante à Paraíba, nos diz Melo (1999):

A institucionalização da educação paraibana data de 1836, com a criação do Liceu Paraibano, inicialmente localizado no prédio do antigo Colégio dos Jesuítas, fundado em 1745 pelo sacerdote italiano Gabriel Malagrida que padeceria nos cárceres da Inquisição, em Lisboa. Esse estabelecimento, mantido pela Companhia de Jesus, funcionava como seminário que, dotado de aulas de Latim e Humanidades, funcionou como primeiro estabelecimento de ensino geral (Mello, 1956). Funcionando nos moldes do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, o Liceu Paraibano conheceu duas sedes que ainda perduram antigo Colégio dos Jesuítas, na atual praça João Pessoa, vizinho ao Palácio da Redenção, e a de nossos dias, instalada por Argemiro de Figueiredo, na avenida Getúlio Vargas, em 1939. (...) Bastante ressaltados pela tradição e estudos como o de José Rafael Menezes (Menezes, 1983), o Liceu fez-se mais eficiente como formador de quadros para a alta administração e cultura estaduais que como instrumento de democratização do ensino e incorporação das massas ao processo educativo da Paraíba (MELLO, 1999: 4-5)

Percebe-se como a educação escolar paraibana ao longo do século XIX caminhou a passos lentos no sentido de sua democratização em relação ao acesso dos educandos. Todavia, sob a responsabilidade local do governo da província encontramos uma busca pela implementação de ambientes escolares não só na capital, mas também no interior. É neste contexto que observamos uma ampliação da educação primária:

Conforme Melo (1956), em *Evolução do Ensino na Paraíba*, “o Império nos seus sessenta e sete anos havia nos dado 67 escolas primárias que, somadas com as doze vindas da Colônia, perfaziam um total de sessenta e nove. Tínhamos, segundo a estatística da época, 2.284 alunos nas aulas públicas, 225 no Liceu Paraibano e 23 no Externato Normal, além de algumas dezenas de estudantes nos cursos de Latim que funcionavam em Areia, Mamanguape e Souza”. (MELLO, 1999: 5)

Criado em 1835, sob a denominação de Vila Federal de Cabaceiras, este município a princípio tinha grande extensão territorial que ocupava praticamente toda a região oriental da atual microrregião do cariri paraibano. Desta forma, se a educação era precária na capital e nas sedes dos municípios, não poderia ser diferente nas longínquas localidades que à época mais se aproximavam de ser pequenos povoados e vilas, a exemplo de Barra de São Miguel.

O registro mais antigo que encontramos em nossa pesquisa acerca da educação barrense remonta ao período imperial. O jornal *O Publicador*² informa que

2 Jornal *O Publicador*, Ano IV, 28 de outubro de 1865, número 945, p.2. Este e os demais jornais

“O vice-presidente da província, em vista da proposta da diretoria da instrução pública, resolve nomear (...) para reger interinamente a cadeira de primeiras letras do sexo masculino” a “Ignácio Pereira Brandão para a povoação da Barra de S. Miguel do termo de Bodocongó. Remeteu-se a instrução pública, e comunicou-se ao tesouro provincial”. Este foi um ato de 25 de outubro de 1865. Em 27 de fevereiro de 1866 o secretário de governo envia ofício ao diretor de instrução pública, em que dá conhecimento “acerca dos professores interinos das cadeiras do ensino primário novamente criadas nas povoações de – Caraúba – e da Barra de S. Miguel”³.

Em um tempo de comunicações lentas entre as instituições imperiais, encontramos apenas em abril de 1866 a informação que, por meio do ofício “nº 107 de 10 do corrente do qual consta ter o professor interino da cadeira de primeiras letras da povoação da Barra de São Miguel no município de Bodocongó, Ignácio Pereira de Brandão assumido o respectivo exercício em data de 10 de fevereiro último”⁴.

As informações que as fontes históricas nos apresentam, em especial os jornais de época, nos mostram características importantes da educação do período: inicialmente, por ser um povoado do interior, Barra de São Miguel tem uma população diminuta, o que certamente fazia com que as autoridades não enxergassem tal lugar como prioritário em suas políticas públicas. Mesmo assim, vale destacar que o “vice-presidente da província, sob a orientação da diretoria de ensino” acabara de autorizar o funcionamento de uma “cadeira de primeiras letras do sexo masculino” na povoação, inclusive, com os recursos para tal fim vindos do “tesouro estadual”. Ressalte-se que, apesar do avanço da propositura, a mesma não deixa de nos mostrar a forma como a educação do período era pensada: para o sexo masculino e, em virtude de ser uma povoação interiorana, uma cadeira de “primeiras letras” apenas.

Quanto à organização da educação, encontramos no ano de 1867 o mesmo jornal *O Publicador* nos informar que “o vice-presidente da província, sob proposta do diretor interino da instrução pública resolve nomear para comissionário da mesma instrução na povoação da Barra de São Miguel do termo de Bodocongó o cidadão Antônio Alves Monteiro”⁵. Assim, além do professor da cadeira, encontramos também o cargo de “comissionário” envolvido com a educação local.

Ainda quanto a organização da educação no século XIX em Barra de São Miguel, encontramos no ano de 1868 a informação que estava aberto Edital de concurso para a cadeira de ensino primário do sexo masculino na povoação. Vejamos:

citados ao longo do texto fazem parte do acervo da *Hemeroteca da Biblioteca Nacional* e podem ser encontrados em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

3 Jornal *O Publicador*, Ano V, 02 de março de 1866, número 1043, p.2.

4 Jornal *O Publicador*, Ano V, 16 de abril de 1866, número 1079, p. 1.

5 Jornal *O Publicador*, Ano VI, 20 de agosto de 1867, número 1476, p. 1.

De ordem do Sr. diretor interino da instrução publica se faz público que **achão se em concurso as cadeiras do ensino primário do sexo masculino** das vilas de Cajazeiras, e Cuité, povoações da **Barra de S. Miguel** e Mogeiro de baixo; e as de sexo feminino das villas do Pilar, Ingá e Alagoa Grande.

Os pretendentes ás referidas cadeiras devem habilitar-se perante a presidência no prazo de 60 dias, a contar da data deste, instruindo suas petições com os documentos de que tratão os arts. 47 e 48 do regulamento de 11 de março de 1852.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados se mandou afixar o presente no lugar do costume, e publicar pela imprensa.

Secretaria da instrução publica da Parahyba em 10 de outubro de 1868.

O secretario Carlos A. Monteiro da Franca⁶. (**Grifo nosso**)

Este mesmo edital foi reproduzido em cinco edições do jornal *O Publicador*. Nos chama a atenção que outras vilas do estado, a exemplo do Pilar, Ingá e Alagoa Grande havia vagas abertas para a cadeira do sexo feminino, enquanto que para Barra de São Miguel e outros lugares citados, a vaga é para a cadeira do ensino primário do sexo masculino. É importante destacar que os interessados nas vagas têm o prazo de 60 dias para apresentar a documentação solicitada.

Infelizmente não temos a informação acerca da procura para a vaga de Barra de São Miguel no edital, todavia, o mesmo jornal *O Publicador* de 30 de março de 1869 aponta que o “*presidente da província, atendendo ao que requereu o professor público do ensino primário da Barra de S. Miguel Pedro Tavares de Macedo, resolve conceder-lhe três meses de licença com vencimento para tratar de saúde, onde lhe convier*”⁷. Este jornal acaba por nos dar uma pista acerca da ocupação da cadeira primária barrensense no período. Todavia, em virtude da escassez de fontes, esta é última informação educacional que dispomos dos tempos do império, sobre a forma como o poder público estadual atuou em Barra de São Miguel⁸.

Já no período republicano encontramos o jornal *Gazeta da Parahyba* que traz o expediente com os “*Actos do Governo*” de 24 de janeiro de 1890. No mesmo consta a exoneração do professor Alexandrino José de Almeida. Neste mesmo expediente é nomeado Galdino Alves da Silva para a vaga aberta⁹. Este seria removido

6 Jornal *O Publicador*, Ano VII, 15 de outubro de 1868, número 1823, p. 4

7 Jornal *O Publicador*, Ano VIII, 30 de março de 1869, número 1949, p.2.

8 Ressalte-se que este artigo aborda a experiência de uma pequena povoação do interior paraibano, que não conta com Arquivo Público Municipal e ao longo de sua história também não foi um centro regional de produção e guarda de documentos, ou seja, não temos um significativo número de fontes primárias que possam nos guiar na compreensão pormenorizada de seu passado. Logo, justificamos que construímos nossa reflexão a partir das poucas informações que conseguimos captar por meio das fontes disponíveis, o que leva a lacunas e silenciamentos em determinados períodos históricos.

9 Jornal *Gazeta da Parahyba*, Ano III, 28 de janeiro de 1890, número 499, p. 1

para a Vila de Santa Rita pouco tempo depois, em ato do Governo de 21 de abril de 1890¹⁰. Não encontramos relato acerca de sua substituição.

No fim do século XIX observamos no *Almanaque do Estado da Paraíba de 1899* a informação que Thomaz de Aquino Pereira Tejo era o “*professor público*” na vila da Barra de São Miguel¹¹. Na memória dos moradores mais idosos este certamente é o professor mais antigo que suas lembranças captam. Seu nome também se perpetuou em virtude das homenagens que o mesmo recebeu: designação de uma das ruas mais antigas da cidade, além de nomear a primeira escola de ensino ginásial local, no período em que funcionou a CNEC de Barra de São Miguel¹².

Pelo caminho que percorremos nas fontes históricas disponíveis, percebemos que a educação em Barra de São Miguel no século XIX basicamente se resumia ao ensino das primeiras letras ao sexo masculino. A documentação de época nos mostra uma certa rotatividade na única cadeira de professor da povoação que era paga com recursos do tesouro estadual. Apesar da mudança de regime político, da monarquia para a república, ocorrido em 1889, não vemos uma alteração na concepção de educação, permanecendo a falta de estrutura e a segregação por sexo.

A educação em Barra de São Miguel na primeira metade do século XX

O alvorecer do século XX trouxe mudanças políticas e econômicas em Barra de São Miguel, que certamente podem ter contribuído para transformações educacionais. A alteração da sede do Município de Cabaceiras através da lei estadual nº 166, de 10 de julho de 1900 para Barra de São Miguel é uma destas mudanças. Todavia, a lei estadual nº 264 de 17 de setembro de 1907, voltou a administração política para a antiga sede municipal¹³.

A primeira referência acerca da educação no início do século XX que encontramos é no ano de 1909. O *Relatório do Presidente da Província*, em 01 de setembro, do governante João Lopes Machado informa que “*existe uma cadeira municipal mixta em Barra de S. Miguel*”¹⁴. O *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do*

10 *Jornal Gazeta da Parahyba*, Ano III, 29 de abril de 1890, número 572, p.1.

11 Publicação do *Almanak do Estado da Parahyba de 1899*. Organizado por José Francisco de Moura. João Pessoa: Imprensa Oficial, p. 378.

12 Em entrevista com a professora aposentada Maria do Socorro da Costa Gomes, a mesma nos informa que “*o mesmo seria também conhecido como professor “Tô”, que ensinava as crianças em sua própria casa*”. Sobre a CNEC, trataremos adiante.

13 Informações constantes no site do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pb/barra-de-sao-miguel/historico>. Acesso em 10 de abril de 2020.

14 *Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado em 1º de setembro de 1909 por ocasião*

Rio de Janeiro – 1891-1940 - nos mostra nas edições entre o ano de 1909 e 1917 que a sra. Auta Leopoldina Diniz é a “*Professora municipal de ensino mixto da povoação da Barra de São Miguel*”¹⁵.

Desta forma, percebemos algumas escassas alterações em relação ao século anterior. A educação barrense passa a contar não mais com a cadeira das primeiras letras do sexo masculino, mas sim, uma cadeira mista, o que poderia dar acesso ao ensino para as moradoras locais. Também há alteração na titularidade da cadeira, que passa a ser de uma professora, a Sra. Auta Leopoldina Diniz¹⁶.

Apesar das mudanças observadas, podemos perceber que estruturalmente há poucas modificações no quadro da educação escolar de Barra de São Miguel nas primeiras décadas do regime republicano. De certo modo esta é uma tendência observada no modelo escolar brasileiro neste período histórico. Como nos mostra o professor Teixeira (2015):

A escola primária republicana da primeira fase vai demarcar um modelo escolar que será visto como “lugar” institucionalizado e legítimo de educação na sociedade brasileira, a escola seriada e graduada, que tem sua apresentação “oficial” a partir da reforma educacional paulista de 1893, realizada por Caetano de Campos, mas que já poderia ser percebida nas escolas criadas no Município Neutro ao final do Império, as chamadas “Escolas do Imperador”. Porém, nas regiões mais distantes e/ou periféricas continuaram a existir várias outras modalidades do período anterior como escolas precárias e multisseriadas, a educação familiar e doméstica, até em função dos gastos elevados que o modelo paulista apresentava. (TEIXEIRA, 2015: 65-66)

Corroborando com TEIXEIRA (2015), a professora aposentada Maria José Corrêa de Araújo (Maria de Mário) nos diz: “*Uma professora, lecionando na sala de sua própria residência, com os poucos estudantes frequentando as aulas, precariedade de recursos, em que até os tamboretos para se sentar eram levados de casa*”. Este é um cenário que perduraria por muito tempo, em especial nas quatro primeiras décadas do século XX.

A primeira obra pública para a educação de Barra de São Miguel foi a construção do prédio do Grupo Escolar “*Melquíades Tejo*”, na sede da vila. Na placa de

da instalação da 2ª Sessão da 5ª Legislatura pelo presidente do Estado Dr. João Lopes Machado. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1909, p. 42.

15 Em alguns anos o Almanack traz a grafia “*Anna Leopoldina dos Diniz*”. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro – 1891-1940*. Rio de Janeiro, 1909.

16 As conclusões que apresentamos até aqui são possíveis a partir do documento: *Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado em 1º de setembro de 1909 por ocasião da instalação da 2ª Sessão da 5ª Legislatura pelo presidente do Estado Dr. João Lopes Machado*. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1909, p. 42. Ficam evidentes as mudanças elencadas ao contrapormos as informações que esta fonte trás com os informes do Jornal *o Publicador*, ano IV, 28 de outubro de 1865, número 945, p.2.

inauguração do referido se lê: “*Grupo Escolar Melquíades Tejo construído pelo Município na Administração do prefeito Ernesto Heráclito do Rego – 29 - 3 - 1949*”. Desta forma, percebe-se que um local adequado para o ensino na vila de Barra de São Miguel só viria a ser erguido no ano de 1949, praticamente na metade do século XX. Mesmo assim, tal prédio escolar contava com apenas duas salas de aula para servir a população local.

Nos arquivos públicos em poder da Escola Melquíades Tejo que, apesar da informação de que foi erguido pelo Município, logo depois passou sua administração para o Governo Estadual, a quem pertence na atualidade, encontramos diários de classe que remontam a anos antes da inauguração, em especial, na década de 1940.

No livro do “*Registro do Movimento Didático*” do ano de 1945 encontramos a menção a “*Escola Rudimentar Distrital Mista*” localizada em Potira, Município de Cabaceiras¹⁷. Esta fonte nos mostra como a educação local era realizada na primeira metade do século XX, ou seja, em locais improvisados, sob a responsabilidade da professora municipal, que ensinava o básico para que as crianças se tornassem alfabetizadas. Todavia, já vemos uma maior interferência estatal, por meio do registro no número de crianças matriculadas, bem como as atividades exercidas pela professora.

Em entrevista para nossa pesquisa, a professora aposentada Maria José Corrêa de Araújo (Maria de Mário) nos diz que a “*escola Melquíades Tejo começou em 1950, por obra do prefeito Ernesto Heráclito do Rêgo de Cabaceiras. Nela funcionava de 1ª a 4ª série, tendo cada turma muitos alunos*”. Lembra que a primeira diretora foi Maria da Glória Corrêa Pinto, que deixou o cargo para a mesma em 13 de outubro de 1964. A Sra. Maria José Corrêa de Araújo ficou na direção escolar até a concessão da aposentadoria em 01 de dezembro de 1981.

A educação em Barra de São Miguel na segunda metade do século XX

A construção do prédio da escola Melquíades Tejo certamente foi um marco importante da educação de Barra de São Miguel. Todavia, a formação de qualidade para todos ainda era um objetivo distante. Lembremos que a escola continha apenas

¹⁷ Potira é a nomenclatura pela qual passou a designar-se Barra de São Miguel no período de 1943 a 1961, conforme legislação da época que obrigou as localidades a possuir nomes únicos em todo o território nacional. Assim, em virtude de “Barra de São Miguel” também ser uma localidade alagoana, o lugar paraibano viu seu nome ser mudado, tentando-se homenagear o passado indígena da região. Todavia, tal nomenclatura sempre enfrentou protestos dos moradores locais, que acabaram por ver restituída a antiga denominação de Barra de São Miguel através da lei estadual nº 2305/1961.

o ensino primário básico e que, após a conclusão destes anos iniciais, os educandos tinham que realizar o conhecido “Exame de Admissão”, que fora implantado em todo o Brasil a partir da chamada “*Reforma Francisco Campos ao ensino secundário (Decretos nº 19.890, de 18 de abril de 1931 e nº 21.241, de 4 de abril de 1932)*” (MENEGETI, 2012: 8). Esta reforma tinha por objetivo:

[...] dar organicidade ao ensino secundário, estabelecendo definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental e outro complementar, e a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior. Além disso, equiparou todos os colégios secundários oficiais ao Colégio Pedro II, mediante a inspeção federal, e deu a mesma oportunidade às escolas particulares que se organizassem, segundo o decreto, e se submetessem à mesma inspeção. Estabeleceu normas para admissão do corpo docente e seu registro junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública. (ROMANELLI, 2010: 137 *Apud* MENEGETI, 2012).

Percebe-se a intencionalidade do Governo Federal em criar barreiras de acesso pleno à educação para toda população. Tais decretos não só procuraram organizar de maneira centralizada a educação, como também foram meio de exclusão. Este quadro seria ainda mais complicado em lugares interioranos, como Barra de São Miguel, onde a população só tinha acesso à educação primária elementar.

O acesso à escola, principalmente de ensino secundário não foi tão fácil como parece, no Brasil como forma de controlar as matrículas a esse nível de ensino, foi criado o Exame de Admissão ao ensino secundário, que representou uma barreira aos jovens interessados em continuar os estudos, que almejavam o ensino superior. (MENEGETI, 2012: 9).

No arquivo da escola Melquíades Tejo encontramos registros do “*Exame de Admissão*” a partir do ano de 1951. Desta forma, “*aprovados na admissão*”, as famílias que podiam arcar com as despesas de enviar seus filhos para estudar em outras cidades, a exemplo de Campina Grande, Caruaru ou Recife, assim o faziam, ficando os demais retidos pela não aprovação no exame ou pela condição financeira de não poder financiar tais despesas.

A partir da emancipação política do município de Barra de São Miguel, em 1961, o problema da educação passa a ficar mais próximo dos mandatários do poder executivo local. Assim, percebe-se uma expansão no número de escolas rurais primárias, mesmo que ainda boa parte seja centrada nas salas das residências das professoras.

Importantes documentos históricos sobre a primeira década da educação no recém emancipado município de Barra de São Miguel encontramos nos arquivos da

Prefeitura local. Em ofícios do ano de 1972, assinados pelo gestor José Pinto da Silva, o mesmo nos apresenta uma série de informações acerca da relação de escolas registradas naquele ano, com o número de professores do ensino primário, a quantidade de matrículas, salas por grupo, além da data de ingresso dos professores no ensino público municipal.

Mais uma vez lembramos que Barra de São Miguel se emancipou em 1961. No ano seguinte constava 01 professora na relação de funcionários municipais. Em 1963 são 08 professoras. Em 1965 há um total de 10; em 1967 são 14; em 1968 já são 17; em 1969 temos 19; em 1970 são 25 e, por fim, em 1971, chega-se ao número de 28 professoras, isto mesmo, apenas “professoras”, o que nos leva a conjecturar que no período a função de educar era “exclusivamente” feminina no município¹⁸. Note-se que na relação que tivemos acesso, constam apenas 04 zeladores, o que nos leva a concluir que boa parte das professoras primárias acumulavam também as funções de zeladoras e, eventualmente, merendeiras.

No ano de 1972 percebemos que a educação era descentralizada em Barra de São Miguel. Na relação de estabelecimentos escolares, constam 29 “grupos” e “escolas” municipais, totalizando 32 salas de aula, ou seja, boa parte dos prédios contavam com apenas uma sala. Na zona urbana haviam 02 grupos escolares municipais com 04 salas. Os demais eram localizados na zona rural¹⁹. Ao todo, foram mencionadas 38 professoras (cremos que a diferença em relação ao número anterior, 28, se dá em virtude da não contabilização das professoras que foram contratadas antes pelo então município de Cabaceiras, ou mesmo casos em que o pagamento seria através do governo estadual). Esta estrutura atendia a 843 estudantes matriculados no ensino primário, de certo modo um número elevado, afinal, não nos esqueçamos que estamos nos referindo ao ano de 1972. A título de comparação, segundo o censo escolar, em 2012, ou seja, 40 anos depois, o município tinha apenas 1.054 estudantes matriculados nesta faixa etária²⁰.

Observa-se que este é um período em que políticas de permanência do estudante na rede municipal não é prioridade. O grande número de prédios escolares espalhados pela zona rural evidencia a não existência de programas de apoio ao

18 Documento “*Relação dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Barra de São Miguel*”, 17 de janeiro de 1972. Arquivo da Prefeitura Municipal de Barra de São Miguel – PB.

19 É importante ressaltar que o município de Barra de São Miguel possui uma extensão territorial de 595 km², com muitas comunidades distantes da sede ou dos distritos locais.

20 Documento “*Setor do Ensino Primário*”, 30 de outubro de 1972. Arquivo da Prefeitura Municipal de Barra de São Miguel – PB. Quanto aos dados de 2012 (INEP, 2012) ressaltamos que o número de 1.054 estudantes equivalem aos matriculados da Pré-Escola ao 9º Ano da Rede Municipal, excluídos assim alunos de Creche e EJA – Educação de Jovens e Adultos, faixas etárias não contabilizadas no documento do ano de 1972, base da comparação numérica sugerida para compreensão da estrutura educacional do período.

transporte escolar, por exemplo. Também, a não existência de merendeiras entre os quadros da administração nos dá pistas de que esta era uma política educacional ainda inexistente, ou precária em sua execução a nível local.

Todavia, o problema maior para o acesso a uma educação de qualidade estava na ausência de uma escola local que permitisse o prosseguimento dos estudos por parte dos barrenses. Para minimizar esta situação, a união do poder público municipal e a sociedade civil permitiu a instalação de uma unidade local da CNEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, no ano de 1965²¹. Esta era uma organização educacional que fora criada justamente para auxiliar na supressão desta lacuna deixada pela ação estatal no campo da educação:

A 29 de julho de 1943, num período de profundas mudanças econômicas, sociais e políticas na sociedade brasileira, foi criada a Campanha do Ginásio Pobre – CGP, na cidade de Recife, Pernambuco, a qual originou a atual Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC. Essa iniciativa coube a um grupo de secundaristas, inspirados na experiência de Haya de La Torre, que promovia a alfabetização de índios no Peru. Segundo GOMES (1989), apontado como idealizador da Campanha, a ideia de oferecer ginásio gratuito para estudantes pobres nasceu da sua leitura do livro *O Drama da América Latina*, de John Gunter. (SILVA, 2001: 97).

Em pesquisa sobre a CNEC barrensense, a historiadora Luciana das Neves Costa nos apresenta informações acerca desta instituição educacional que localmente homenageou o professor Thomaz de Aquino com seu nome. A mesma nos diz:

A Escola Cenecista de Barra de São Miguel foi criada em 21 de fevereiro de 1965 como primeiro setor local pelo prefeito Ismael Samarco Mahon. Em 1967, começou a funcionar como admissão e em 1968 iniciou a primeira turma do primeiro ano ginásial, tendo como diretor o médico Joaquim Zulamar Pedrosa. O horário das aulas era das 18:30 às 20:00 hs. A primeira turma de concluintes foi em 1971, passando a funcionar as quatro séries do antigo ginásio (hoje ensino fundamental II). O poder municipal ofereceu todas as condições para o funcionamento da escola. Na gestão do prefeito Roseno, fez-se um decreto em que a Escola Cenecista Thomaz de Aquino seria alçada como patrimônio cultural e de grande valia para o município. Miguel (ex-aluno) relata que no ano de 1983, foram construídas novas salas de aula para o funcionamento do ensino médio que viria a ocorrer em 1984. No mesmo local que funcionava a Escola Cenecista Thomaz de Aquino, hoje é a Escola Municipal João Pinto da Silva da qual ele é o atual diretor. (COSTA, 2015: 9).

Esta passagem é exemplar para nos mostrar como a escola cenecista de Barra de São Miguel marcou época desde sua fundação, em 1965 até sua desativação em

21 Doravante neste artigo, utilizaremos apenas a sigla CNEC para nos referirmos a esta instituição educacional que atuou em Barra de São Miguel – PB.

1990. Lembramos que, apesar da existência de farta quantidade de bolsas de estudos e da mensalidade simbólica, a mesma era uma instituição comunitária que contava em alguns momentos com o apoio da prefeitura²². Todavia, aqui a educação ainda não era universalizada e pública em Barra de São Miguel, acompanhando, de certo modo a situação da educação brasileira²³. Esta é uma conquista que ainda esperaria até a década de 1990, quando o poder municipal, enfim, assume a responsabilidade de oferecer o Curso Primário e Secundário, o conhecido Primeiro Grau e o Curso Científico, o Segundo Grau. Com avanços e recuos, esta situação perdurou até o fim do século XX.

Para compreendermos como foi estruturada a educação de Barra de São Miguel ao longo da história, temos que analisar não só as iniciativas do poder público municipal, mas devemos observar como as demais esferas de poder, estadual e federal, também atuaram. Neste sentido, devemos recuar no tempo para conhecermos algumas iniciativas, como a construção de escolas e implementação de programas educacionais. Com esta perspectiva, encontramos o Governo Estadual consolidando a escola primária Melquíades Tejo na sede do Município e expandindo sua atuação, quando em 19 de abril de 1970 inaugurou a escola estadual no Distrito de Riacho Fundo, construída com recursos da SUPLAN – Secretaria de Educação²⁴. Esta recebeu o nome de escola Major Samuel Barbosa e atuou apenas na educação primária, até a quarta série.

Quanto a atuação do Governo Federal, encontramos notícias que o mesmo se pautou no envio de recursos, como nos informa O *Diário do Paraná* de 15 de julho de 1977, mostrando “*recursos para construção de escolas para o ensino fundamental em Barra de São Miguel*”. Observamos que permanece a lógica de investimento em pequenos prédios escolares para o ensino primário, sem termos a noção de política

22 A relação da Escola CNEC com o poder público é um pouco controversa, onde podemos encontrar os mesmos em harmonia, como nos momentos iniciais, onde o *Jornal Diário de Pernambuco* de 10 de setembro de 1969 nos informa que foi “*destinada uma verba para o Ginásio Comercial Thomaz de Aquino*” por parte do Governo Federal, ou de conflito, como no fim da década de 1980, onde a escola é desativada e seus arquivos levados para a sede em João Pessoa, porém, o prédio ficando em posse do Poder Municipal de Barra de São Miguel.

23 Ressalte-se que apesar do debate da universalização da educação brasileira conhecer defensores desde o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932, sua implantação precária vai se dar efetivamente a partir da segunda metade do século XX, com o reconhecimento de tal direito na Legislação Nacional, a exemplo da LDB de 1961 (Lei nº 4.024/61); Constituição de 1967, promulgada na época da Ditadura Militar; LDB de 1971 (Lei nº 5.692/71). Entretanto, foi a Constituição de 1988 que pela primeira vez trouxe em seu texto, no art. 208, § 1º, que o “*acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo*”. Em 1996 a Emenda Constitucional nº 14 criou o FUNDEF. Neste mesmo ano a LDB, Lei 9.394/96 detalhou aspectos da universalização preconizada na CF/1988. Para compreender melhor este histórico legislativo e social ver: TREVISOL; MAZZIONI, 2018.

24 Informação constante no *Diário de Pernambuco* de 18 de janeiro de 1970 e no *Jornal do Brasil* de 03 de fevereiro de 1970.

pública de incremento de novas modalidades de ensino, com estruturas adequadas.

Na tentativa de diminuir um problema crônico nacional, o analfabetismo, encontramos o investimento tardio em programas de alfabetização de adultos, como o MOBRAL, que também foi desenvolvido em Barra de São Miguel. Sobre este programa, SANTOS (2016) diz:

Apesar da Lei 5.379/67 ter sido aprovada em 15 de dezembro de 1967, regulamentando o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, o MOBRAL iniciou de fato suas atividades em 1970. Então, a partir de 1970, o MOBRAL buscou alcançar todo o território brasileiro. Primeiramente priorizando a zona urbana, e consecutivamente a rural. Deste modo, o movimento educacional buscou pôr em prática seu objetivo de acabar com o analfabetismo em todo país, constituindo-se em uma campanha de massa (SANTOS, 2016: 7).

Como vemos, o MOBRAL basicamente tinha por fim apresentar as primeiras letras aos moradores locais, sem, contudo, ser um programa de ensino crítico da realidade social, como pretendia o mestre Paulo Freire, em seu método de ensino a partir de experiências, como a dos trabalhadores rurais em Angicos – RN. A leitura crítica da realidade não interessava àqueles que estavam à frente da administração política brasileira, após o golpe civil-militar de 1964. Sem recorrer ao método freiriano, o governo instituiu o MOBRAL como forma de “acabar” com o analfabetismo, porém sem elevar os educandos a leitura crítica do mundo a sua volta. Desta forma, o *Jornal Diário de Pernambuco* de 05 de junho de 1976 nos apresenta uma correspondência que há o “elogio do leitor” a este programa do Governo Federal, onde “*basta um exemplo: na cidade de Barra de São Miguel, uma anciã nonagenária que não distinguia um “á” de um “ô”, hoje é eleitora. Graças ao MOBRAL*”²⁵.

Nesta longa trajetória educacional que mostramos, é visível a falta de políticas públicas adequadas e estruturantes até a década de 1980 para o acesso universal e gratuito à educação, por parte da população de Barra de São Miguel. Neste sentido, não é de se estranhar que haja uma massa tão elevada de analfabetos a nível local que, apesar de ter diminuído nos últimos censos, permanece alta²⁶.

Historicamente, a responsabilidade maior pela oferta educacional acabou ficando para o município²⁷. Além das escolas primárias que o mesmo já mantinha,

25 *Jornal Diário de Pernambuco* de 05 de junho de 1976. Ano 151, número 159, p. 4

26 Segundo o *Plano Municipal de Educação de Barra de São Miguel (2015-2025)*, a taxa analfabetismo da população acima de 15 anos era de 30,9% no ano 2000. Em 2010 a taxa ainda estava no patamar de 23,9%. Fazendo um recorte na população acima de 60 anos, os números se ampliam: 50,5% no ano 2000 e 38,4% em 2010. (BARRA DE SÃO MIGUEL, 2015: 28).

27 Para a gestão da educação barrense, por meio da Lei 02/78 de 20 de maio de 1978, o Poder Executivo Municipal foi autorizado a criar a “*Divisão Municipal de Educação*”, que passou a fazer parte

em 24 de outubro de 1983, por meio da Lei 07/83 foi criado o “*Educandário Municipal João Pinto da Silva, de 1º e 2º grau*” que, apesar desta nomenclatura, ofereceu inicialmente apenas o 2º Grau. Em 1984, funcionou o “*primeiro ano científico*”, em 1985 incorporou-se a este o “*segundo ano científico*” e 1986 passou a funcionar plenamente com as três turmas deste grau de ensino. Desta forma, tínhamos um hiato na educação pública local, que oferecia o curso primário, até a 4ª série e o curso científico, o segundo grau, competindo ao setor privado, no caso a CNEC, o curso ginásial, que se estendia da 5ª a 8ª série do primeiro grau. Tal distorção foi corrigida a partir de 1991, quando a prefeitura de Barra de São Miguel, por meio da Escola João Pinto da Silva passou a atuar no ensino do 1º e 2º Grau de forma completa, algo muito importante que permitiu a uma série de moradores locais enfim ter acesso ao Ensino Básico por inteiro oferecido pela rede municipal de educação.

O poder público municipal viu suas competências serem ampliadas com a chamada Constituição cidadã de 1988. A mesma fixou prazo para que as Assembleias Legislativas e Câmaras de vereadores criassem as Constituições estaduais e Leis Orgânicas Municipais. Neste cenário, Barra de São Miguel promulgou sua Lei Orgânica Municipal em 08 de março de 1990, o que certamente foi um marco para as diversas áreas sociais, e em especial a educação.

Uma série de direitos dos cidadãos são expressos na Lei Orgânica Municipal, na Subseção II, que trata da Educação, dos artigos 142 a 169. Muitos destes direitos ainda levariam anos para serem regulamentados em leis complementares e atos do próprio Poder Executivo local, todavia, certamente tal promulgação marcou um avanço em termos legais e institucionais, mesmo que ainda levasse certo tempo para a efetivação prática de tais medidas.

A expansão da responsabilidade do Poder Público Municipal tornou-se visível a partir da década de 1990. Em termos de competências educacionais, vemos a já citada incorporação por parte do Município das tarefas que até então eram desempenhadas pela CNEC. Outras políticas educacionais ainda viriam a ser implementadas ao longo deste período, como a disponibilização de transporte escolar rural para os estudantes a partir da 5ª série se deslocar para a cidade. O ensino primário ainda permanecia nas dezenas de grupos escolares espalhados pelo município, todavia, muitos destes grupos fecharam suas portas por diversas razões, tais como a queda na natalidade e a conseqüente queda na taxa de matrículas, o êxodo rural, fenômeno comum no Brasil a partir da década de 1970, bem como a aposentadoria

da estrutura administrativa do Município de Barra de São Miguel. Nossos entrevistados se reportam a esta instituição como o “*Órgão Municipal de Educação*”, antecessor da “*Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos*”, que encontramos registro no art. 6º, inciso IV, da Lei Complementar 21/2002, de 23 de dezembro de 2002.

de professoras, fazendo com que grupos próximos fossem anexados por aqueles que ainda contavam com a professora na ativa.

Enfim, este é o cenário que percebemos ao final do século XX e, como podemos constatar, muitos caminhos foram trilhados no sentido de ampliar a oferta da educação, bem como melhorar a qualidade da infraestrutura disponível e adequar a gestão educacional às transformações sociais e políticas observadas. Este percurso histórico é importante porque de certo modo nos auxilia a compreender a educação de Barra de São Miguel no contexto das alterações das políticas públicas educacionais no contexto do estado da Paraíba, bem como do estado brasileiro e seu percurso histórico no processo de implementação de uma cultura de oferta de educação pública.

Considerações finais

Ao término deste artigo, esperamos ter propiciado uma reflexão acerca da construção de políticas públicas educacionais para a população de Barra de São Miguel, Paraíba. Para esta pesquisa, lançamos mão de diferentes fontes históricas e analisamos a trajetória desta rede municipal de ensino, desde seus primórdios, no século XIX, quando o poder público da “*província da Parahyba*” criou “*uma cadeira de primeiras letras do sexo masculino*”, passando pelo desenvolvimento e ampliação desta oferta ao longo do século XX.

Nas últimas décadas do século passado, observamos uma série de transformações na educação barrense. Neste sentido, procuramos compreender o desenvolvimento da infraestrutura, gestão e qualidade da educação, como meios de garantia do direito constitucional de acesso a uma educação de excelência, socialmente referendada para a população.

Por fim, após a caracterização do Município de Barra de São Miguel – PB, seu percurso educacional, sua inserção no contexto das políticas públicas estadual e nacional esperamos ter colaborado através do presente artigo para a compreensão acerca das alterações, bem como os desafios e demandas históricas para a gestão municipal da educação.

Referências

BARRA DE SÃO MIGUEL. **Lei Orgânica Municipal**. Barra de São Miguel, Câmara Municipal de Vereadores, 1990.

BARRA DE SÃO MIGUEL. **Plano Municipal de Educação 2015 – 2025**. Barra de

São Miguel, Câmara Municipal de Vereadores, 2015.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

COSTA, Luciana das Neves. **Memórias de uma Escola Impactante:** uma história da Escola Cenecista de Barra de São Miguel-PB. Faculdade do Norte do Paraná (FACNORTE). Sarandi, 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação e Multidisciplinaridade).

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral:** memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FONSECA, Thais Nívia Lima e; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História Cultural e História da Educação. In: FONSECA, Thais Nívia de Lima e, LINHALES, Meily Assbú (org.). **Diálogos da história da Educação** [livro eletrônico]. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2017.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados Finais do Censo Escolar 2012.** Barra de São Miguel. Disponível em: <http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>. Acesso em 11 de junho de 2020.

MENEGHETI, Patrícia. **A trajetória do ensino no Brasil:** ensino secundário e o exame de admissão. In: VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba - Lutas e Resistências.** 7ª ed. João Pessoa: Editora A União, 2002.

MELLO, José Octávio de Arruda. **A educação paraibana da colônia a nossos dias:** uma abordagem histórica. PEPSIC. Psicol. esc. educ. v.3 n.1 Campinas, 1999. ISSN 1413-8557. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85571999000100006. Acesso em: 13 de dezembro de 2019.

SANTOS, Auristela Rodrigues. **Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOB-RAL:** democratizando memórias e desvelando propostas legais e pedagógicas. Universidade Federal da Paraíba. IX Seminário Internacional da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba. Dezembro de 2016.

SILVA, Ronalda Barreto. **Educação comunitária:** além do estado e do mercado? A Experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade-CNEC (1985-1998) Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. 2001.

TREVISOL, Joviles Vitório; MAZZIONI, Lizeu. A universalização da Educação Básica no Brasil: um longo caminho. **Roteiro**, v. 43, n. esp, p. 13-46, 6 dez. 2018. E-ISSN 2177-6059. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/16482>. Acesso em 11 de junho de 2020.

TEIXEIRA, Albano Luiz Francisco. Um breve histórico da educação brasileira sob o signo da precariedade. **Revista Encontros**, Ano 13, Número 24, 2015. ISSN 2447-6196 Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/encontros/article/view/417/352>. Acesso em 13 de dezembro de 2019.

VEIGA, Cynthia Greive. História Política e História da Educação. IN: FONSECA, Thais Nívia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.